

SIMPÓS

SUL

II Simpósio de Pós-Graduação do Sul do Brasil

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: 200 ANOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL

ESCRITA DA HISTÓRIA E GÊNERO: UMA PROBLEMÁTICA ATUAL

Jordan Brasil dos Santos

*Doutorando em História pela Universidade Federal de Pelotas,
diordaosanto@hotmail.com*

Eixo XX: Ciências Humanas

Resumo: O trabalho visa refletir sobre a importância de fazer história, através da escrita, a partir da categoria gênero, tornando essa narrativa libertadora, sensível e prazerosa. A justificativa é de que historicamente a escrita da história foi uma ação masculina, narrando eventos exclusivamente deles. Nessa narrativa, todas as características consideradas femininas foram excluídas, deixando as mulheres invisíveis da escrita da história. Essa escrita precisa romper com o dilema das regras que regem o escrever a história, pois essa regra foi construída para uma escrita androcêntrica.

Palavras-chave: Feminismo. Escrita da História. Mulheres.

1. Gênero: uma categoria em movimento

As mulheres, historicamente, foram excluídas da história oficial, da história que se consolidou entre as pessoas. As narrativas escolhidas, para falar delas, foram excludentes e machistas. Por isso, se faz necessário criar novas narrativas históricas onde elas mostram as suas ações e a sua importância para o desenvolvimento de determinadas regiões e culturas. Estudar a categoria gênero é estudar a mulher integrada aos processos históricos, sem fragmentação. Afirmado assim que as mulheres têm história, são agentes históricos e suas ações possuem historicidade. Com isso, necessariamente, fica o compromisso da crítica das narrativas androcêntricas que não contemplem a atuação das mulheres nos períodos históricos.

O termo gênero passou por mudanças importantes e muitas dessas mudanças foram oriundas do próprio movimento feminista. A história do termo gênero se apresenta com várias controvérsias ao passar do tempo, nem sempre a crítica feminista foi retilínea e progressiva. Houveram inúmeras adversidades oriundas das vivências diversas das mulheres com relação

aos homens. Segundo Stolke (2004, p. 81) “desde o início houve desacordos sobre as raízes da desigualdade das mulheres despertadas por percepções divergentes sobre a sua relação com a ordem sócio-política e até mesmo com a sua própria condição humana” isso demonstra que historicamente a terminologia gênero foi construída entre rupturas e continuidades.

A terminologia *Gender* surge no âmbito da psicologia e da sexologia dos EUA, na década de 1950, através do tratamento dos transexuais e intersexos. Assim o termo foi utilizado para diferenciar “o sexo social atribuído de sexo anatômico” (STOLKE, 2004, p. 84-85) com isso estaria resolvida as dificuldades de conceitos colocados pelas pessoas cujo sexo biológico não correspondia a identidade do indivíduo. Simone de Beauvoir (1949) e Margared Mead (1920-1940) fizeram uma crítica forte na correlação do termo gênero com as questões biológicas. Para elas a opressão das mulheres não se deve “fatores biológicos, psicológicos ou econômicos”, mas pelo fato de que essa história das mulheres foi construída pela ideia de “segundo sexo, a outra dos homens”. Uma hierarquia construída a partir do patriarcado que legitimava a autoridade dos homens sobre as mulheres (STOLKE, 2004, p. 81-82).

Nos anos de 1960 as feministas Kate Millett e Germaine Greer foram as primeiras a tecer as noções psicanalíticas de gênero. Millett (1969) criticou a noção da supremacia masculina atribuindo às mulheres características biológicas mais amáveis, simpáticas e por consequência uma subordinação aos homens por questões biológicas. Greer (1971) defendia a revolução pela libertação das mulheres e isso passava necessariamente pela desconstrução da ideia de subordinação natural das mulheres com relação aos homens. Na década de 1990 a autora Judith Butler foi a autora do giro teórico político na teoria performativa. Nessa teoria o gênero surge para afirmar que as diferenças sexuais não só determinantes das diferenças sociais entre homens e mulheres, mas também são valorizadas e significadas pela cultura (FIRMINO; PORCHAT, 2017). Assim o gênero é algo que se faz e não algo que se é.

O gênero é apresentado como um elemento “constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; de outro lado, o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (TEDESCHI, 2012, p.115). Scott aborda o gênero pela perspectiva do “saber a respeito das diferenças sexuais” (SCOTT, 1994, p. 12). O saber para a autora é uma compreensão construída socialmente a partir das relações entre homens e mulheres. O uso é um campo de disputa “e são os meios pelos quais as relações de poder de dominação e de subordinação são construídas” (SCOTT, 1994, p. 12).

Gênero então, “é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1994, p. 13), e esses significados mudam de acordo com a cultura, sociedade, tempo e grupos sociais, com isso é possível afirmar que gênero não consolida as diferenças físicas, fixas e naturais entre homens e mulheres. Essa diferença sexual é um saber sobre o nosso corpo, e esse saber não é cristalino, pois não pode ser isolado dos contextos sociais, políticos, culturais.

Para Scott (1992) as pessoas que escrevem a história das mulheres estão envolvidas num esforço político de desafiar a forma como a história é escrita, e que essa ação política está relacionada com questões atuais que as mulheres enfrentam. Essa narrativa será sempre política, “as relações de poder, os sistemas de convicção e prática - do conhecimento e dos processos que o produzem; por essa razão, a história das mulheres é um campo inevitavelmente político” (SCOTT, 1992, p 95).

A historiografia brasileira acompanhou esses novos rumos, de trazer os estudos sobre as mulheres e gênero ao campo de debate, passou das estruturas para as redes, para as experiências individuais (FERREIRA, 2018). Os estudos sobre as mulheres saíram do binômio masculino x feminino, e passaram a incluir questões sobre sexualidade, corpo, amor, medo, morte, entre outros tópicos. O mundo público e o privado tornaram-se objetos de estudo dessa fase da historiografia, e isso permitiu que as mulheres fossem vistas como sujeitos históricos que produziram experiências próprias e relevantes. Entendendo assim, os sujeitos, como produtos e produtores da cultura e da sociedade, afastando-se cada vez mais das dicotomias ditas naturais e fixas (GOMES, 2010).

Nesse sentido, a categoria gênero é essencial para analisar os avanços que elas experimentaram nas últimas décadas. Essa perspectiva histórica não é apenas de subdividir a história, ou ainda criar novas categorias, mas como afirma Bock (1996, p. 160), ela não serve para “recuperar as mulheres para a história, mas recuperar a história para as mulheres”. Colocando em pauta as metodologias, fontes, documentos utilizados para a construção do conhecimento histórico, e com isso, trazer para a escrita aquilo que sempre foi tido como feminino

2. A Escrita da História

O ofício da historiadora torna-se um instrumento para a reflexão sobre as relações de gênero. Segundo Ohara (2019, p. 4) para tornar-se historiador ou historiadora é necessário ad-

quirir e apropriar-se de algumas características específicas da profissão entre elas as “disposições epistêmicas, mas também éticas e políticas,” e esse ofício leva tempo e exige uma prática, ao fazer história é que o historiador se forma (PROST, 2014). Apesar desse ofício ser um aprendizado, uma prática, a historiadora nunca deixa de ser ela mesma, não chegará a ser a outra, o seu objeto de pesquisa. Por isso que para Prost (2014, p. 150) o fazer história é “re-pensamento, a re-ativação, a re-ação no presente, pelo historiador, de coisas que, outrora, haviam sido pensadas, experimentadas e praticadas por outras pessoas [...] o historiador não pode deixar de ser ele mesmo”. O fazer história é produzir a verdade histórica do passado no presente, assim, só existe a história, de coisas pensadas no presente, pelas historiadoras e historiadores (PROST, 2019).

Todo o ofício da historiadora e do historiador produz um texto escrito, que entra em diálogo com os seus pares, que está numa relação de confiança entre o historiador e o leitor, numa relação ética onde o autor está num lugar de competente e confiável e que traduz a representação do passado e o leitor enquanto indivíduo que ser informado pelo autor. Esse texto histórico, independentemente da posição do leitor e do autor, contém um tipo de verdade que lhe concede uma representação do passado. Mesmo assim, o autor não é proprietário absoluto dos usos do passado e das interpretações que o leitor fará, “o leitor não está totalmente sob o julgo da intenção autoral” (OHARA, 2019, p.16).

O texto produzido pelo autor, historiadora ou historiador, possui a intenção da verdade. O historiador, enquanto agente moral e socialmente reconhecido, é certificado para falar do passado e o leitor reconhece e confia nessa premissa. Mas essa confiança não acontece de forma irrestrita, ou seja, o texto é posto em debate, avaliação e controle (OHARA, 2019). Existem normas e critérios que devem ser seguidos na produção historiográfica. A história é ciência e arte.

A escrita da historiografia virou o rosto para as fragilidades dos corpos, tirando as sensibilidades dos indivíduos e dando um destaque para os eventos e fatos de vitória. Durante muito tempo o corpus da historiografia não era o das mulheres, e sim dos homens com suas conquistas e façanhas, para elas só restava a sombra deles, “a historiografia foi por muito tempo uma narrativa misógina, medrosa diante da diferença representada pelo corpo feminino [...]” (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 41). Assim de acordo com Albuquerque Jr. (2019) a

narrativa da historiografia, apesar do avanço provocado pelas historiadoras, continua sendo masculina.

O grande desafio da escrita da história é fazer com que a reflexão feminista das últimas décadas impacte a escrita da história. A escrita é marcada pelo machismo e misoginia, e muitas vezes nem mesmo as historiadoras feministas conseguem romper com isso durante a escrita, ficando presas a procedimentos, padrões, normas e regras consolidadas a partir da visão de mundo dos homens. A forma de escrever a história reproduz a lógica predominantemente masculina, sendo uma narrativa masculina inclusive quando o objeto de estudo são as mulheres. Isso não significa que a escrita feminista não deve ter regras, padrões e normas, mas a questão principal que passa é a construção de novos padrões para a escrita feminina a partir do mundo das mulheres.

3. Breves considerações finais

A escrita da história é também uma atividade política e é urgente que haja a mudança das relações desiguais através dessa escrita. Para que isso ocorra é importante que se encontrem novas formas de escrever a história, representar o passado, produzindo uma nova escrita, recheada de sentimentos e de humanidade, onde o corpo seja expressado na sua integridade. Uma nova fala, um novo texto, uma nova escrita só surgirá quando a historiadora romper com a dominação de poder que os homens impuseram sobre a escrita e a narração do passado. Permitir que os desejos femininos de historiadores e historiadoras permeiem o texto histórico é romper com essa dominação, transformando a escrita numa ação poética, ética e estética. Tendo o cuidado para não construir um novo modelo de dominação.

O texto histórico contemplará os desejos femininos quando romper com as regras andrógenas que regem a escrita da história, criando novas normativas a partir do feminino. Essas regras foram ditadas por quem entende o mundo a partir dos homens, o mundo para os homens e a escrita da história para relatar os fatos dos homens. A historiadora e o historiador devem transformar o ofício num prazer constante, o prazer da pesquisa e da escrita, permitindo-lhes sentir esse prazer e dar prazer ao seu leitor e leitora. Essa escrita deve ser *empoderadora* de novas relações e sentimentos, e construtora de novos conhecimentos sobre o passado.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz. **O tecelão dos tempos (novos ensaios de teoria da história)**. São Paulo: Intermeios, 2019.

BOCK, Gisela. **Maternidad y políticas de género**. Colección Feminismos, 31. Madrid: Ediciones Catédra, 1996.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan.mar. 2018 [online].

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patricia. Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamentos a partir de “problemas de gênero”. **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v.19, n.1, p.51-61, jan./jun. 2017.

GOMES, Gisele Ambrósio. História, Mulher e Gênero. **Revista Virtú**, Juiz de Fora, 10º ed., 2010 [online].

GREER, Germaine. *A Mulher Eunuco*. Trad. Eglê Malheiros. Editora Artenova, 1971.

MILLETT, Kate. *Política sexual*. Tradutores: Alice Sampaio, Gisela da Conceição e Manuela Torres. Dom Quixote, Lisboa, 1969.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. Ética, escrita e leitura da história: os problemas da expectativa e da confiança. **Revista de História (São Paulo)**, n. 178, p. 01-28, 2019 [online].

PROST, Antonie. **Doze lições sobre a História**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica 2014.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SCOTT, Joan. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

STOLKE, Verena. **La mujer es puro cuento: la cultura del género**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.12, n.2, p.77-105, 2004.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica**. Dourados, Editora Universidade Federal da Grande Dourados, 2012.